

HABEAS CORPUS Nº 494.197 - RS (2019/0047733-0)

RELATOR : **MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
ADVOGADOS : ALINE CORRÊA LOVATTO - RS043217
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PACIENTE : JOSE EDUARDO DE LIMA RODRIGUES (PRESO)

EMENTA

HABEAS CORPUS. EXECUÇÃO PENAL. FALTA GRAVE. ACÓRDÃO IMPUGNADO QUE, EMBORA TENHA ANULADO O PAD, MANTEVE A DECISÃO JUDICIAL QUE HOMOLOGOU A FALTA GRAVE. IMPOSSIBILIDADE. NECESSIDADE DE PAD PARA HOMOLOGAÇÃO DA FALTA. SÚMULA 533/STJ. FALTA GRAVE AFASTADA.

Ordem concedida liminarmente nos termos do dispositivo.

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* impetrado em benefício de **Jose Eduardo de Lima Rodrigues**, apontando-se como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul (Agravado em Execução n. 40079926317).

Consta dos autos que o paciente cumpre pena de 51 anos, 7 meses e 12 dias de reclusão. Em 9/3/2015, foi agraciado com a progressão ao regime semiaberto.

Sucedendo que, em 9/2/2018, foram apreendidos dentro de sua carteira dois chips de telefone celular (fl. 108), fato esse que ensejou a instauração de processo administrativo, que culminou no reconhecimento de falta grave e na aplicação de seus consectários (regressão ao regime fechado, a alteração da data-base e a perda de 1/4 dos dias remidos) – fls. 55/97.

Inconformada, a defesa interpôs agravo em execução, que foi acolhido em parte, **apenas para reconhecer a nulidade do procedimento**

administrativo, sendo mantido o reconhecimento da falta em sede judicial. Eis a ementa do acórdão (fl. 144):

AGRAVO EM EXECUÇÃO. CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO. CRIMES DA LEI DE ARMAS. CRIMES DO ESTATUTO DO DESARMAMENTO. PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR. VÍCIO INSANÁVEL. OFENSA AO PRINCÍPIO DA AMPLA DEFESA. NULIDADE. RECONHECIMENTO.

A defesa técnica do apenado deve ser assegurada em todas as fases do procedimento, não apenas na oitiva do apenado, mas também na produção de outras provas, haja vista as consequências que podem advir no histórico carcerário do preso.

POSSE *CHIP* DE OPERADORA DE TELEFONIA MÓVEL. FALTA GRAVE JUDICIALMENTE RECONHECIDA. MANUTENÇÃO.

A posse de *chip* de operadora de telefonia móvel no interior de estabelecimento prisional é conduta que encontra expressa previsão como falta grave no rol do artigo 50 da Lei de Execução Penal. Necessária sujeição do reeducando ao cumprimento dos regramentos a ele destinados, sob pena de, em caso de insurreição ou insubordinação, arcar com as reprimendas previstas e adequadas à conduta transgressora. Confirmação da falta disciplinar de natureza grave reconhecida judicialmente.

REGRESSÃO PARA O REGIME MAIS GRAVOSO.

A execução da pena privativa de liberdade está sujeita à forma regressiva, com a transferência para regime mais gravoso quando o condenado comete fato definido como falta grave.

ALTERAÇÃO DA DATA-BASE PARA A CONCESSÃO DE FUTUROS BENEFÍCIOS.

A prática de falta grave determina a inauguração de novo marco temporal ao alcance de futuros benefícios vinculados à execução penal, excetuados o livramento condicional, o indulto e a comutação. Inteligência do Enunciado nº 534 das Súmulas do Superior Tribunal de Justiça.

PERDA DOS DIAS REMIDOS.

Reconhecida a falta grave, o juiz poderá revogar até 1/3 (um terço) do tempo remido, levando em conta os motivos, as circunstâncias e as consequências do fato, bem como as condições da pessoa do faltoso, para a graduação da perda.

Daí, sobreveio o presente *writ*, no qual a impetrante afirma que não é possível o reconhecimento judicial da falta grave sem prévio procedimento administrativo disciplinar, nos termos da Súmula 533/STJ.

É o relatório.

A ordem comporta concessão liminar.

A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça é pacífica no sentido de que é indispensável a prévia instauração de procedimento administrativo para apurar falta grave praticada pelo reeducando no curso da execução penal. Aliás, tal entendimento encontra-se sumulado, conforme aponta a Súmula 533 do Superior Tribunal de Justiça:

"Para o reconhecimento da prática de falta disciplinar no âmbito da execução penal, é imprescindível a instauração de procedimento administrativo pelo diretor do estabelecimento prisional, assegurado o direito de defesa, a ser realizado por advogado constituído ou defensor dativo nomeado".

Nesse sentido, confira-se:

HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO ORDINÁRIO. EXECUÇÃO PENAL. FALTA GRAVE. INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR. IMPRESCINDIBILIDADE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 533 DO STJ. *HABEAS CORPUS* NÃO CONHECIDO. ORDEM CONCEDIDA DE OFÍCIO.

[...]

2. Para o Superior Tribunal de Justiça é indispensável a prévia instauração de procedimento administrativo para apurar falta grave praticada pelo reeducando no curso da execução penal. Enunciado n. 533 da Súmula desta Corte.

3. No presente caso, conquanto o reeducando tenha sido ouvido em juízo, em audiência de justificação, não houve a prévia apuração administrativa da conduta praticada pelo paciente, tida como falta disciplinar de natureza grave.

4. *Habeas corpus* não conhecido. Ordem concedida de ofício para afastar o reconhecimento da falta disciplinar de natureza grave, tendo em vista a ausência de prévia instauração de procedimento administrativo disciplinar.

(HC 323.422/RS, Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, Quinta Turma, DJe 03/08/2015)

No caso, considerando que o PAD foi declarado nulo, não há como manter a decisão judicial que reconheceu a falta grave.

Ante o exposto, **concedo liminarmente** a ordem para afastar o reconhecimento da falta disciplinar de natureza grave (perpetrada em 9/2/2018) e seus respectivos consectários (PEC n. 28384-3, Vara de Execuções Criminais de Ijuí/RS).

Comunique-se.

Intime-se o Ministério Público estadual.

Publique-se.

Brasília, 19 de fevereiro de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior
Relator

